7
MARÇO 1986
POLÍTICA E CULTURA

PRESENÇA

PRESENÇA

Revista de política e cultura
Nº 7 – Março 1986

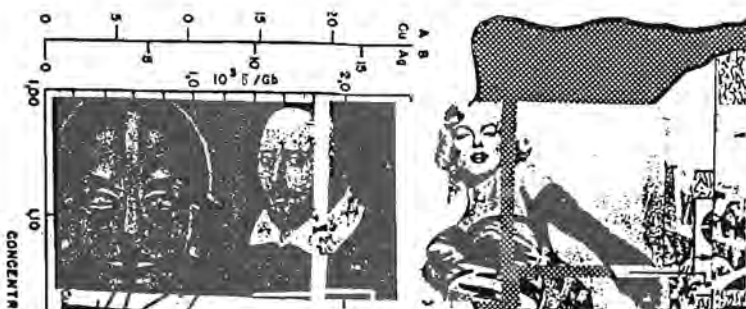
Simon Schwartzman *

A DEMOCRACIA E O FUTURO DA UNIVERSIDADE

A Reforma Universitária de 1968 foi feita por um pequeno grupo de especialistas, e aprovada em bloco pelo Congresso Nacional sem maiores discussões. A reforma que talvez venha a ser feita pela Nova República deverá resultar de um amplo debate na Comunidade universitária, e será inevitavelmente politizada, seja no âmbito do Ministério da Educação, seja no Congresso, seja, se for o caso, na Constituinte. Qual a conseqüência de um e outro processo? O que a nova democracia promete para nossa universidade?

A reforma de 1968 tinha alguns erros importantes de concepção, o mais grave sendo a idéia de que seria possível implantar em todo o país um modelo ideal da universidade anglo-saxônica, com seus departamentos de pesquisa, sistemas de crédito e ciclos básicos. Não havia espaço para modelos alternativos, experiências diferentes, iniciativa. O sistema federal de tutela das universidades não foi alterado. Não houve nenhuma previsão a respeito do grande crescimento que o ensino superior teria no país nos anos seguintes, e que jamais poderia ser canalizado por universidades modelares como as previstas na legislação.

Os anos subseqüentes acabaram por minar quase todo o resto. O clima de repressão que se implantou sobre as

* Sociólogo e Diretor de Pesquisa do IUPERJ. Entre outros livros, publicou *Bases do autoritarismo no Brasil.* Foi relator da Comissão de Reformulação do Ensino Superior, designada pelo Ministro Marco Maciel, do Ministério da Educação.

universidades brasileiras após 1968, eliminou quase toda possibilidade de maior simpatia ou interesse da comunidade universitária pela reforma, que passou a ser vista como uma imposição da ditadura por inspiração *yankee*. A política de expansão a todo custo do ensino superior, pelas autorizações indiscriminadas de centenas de novas escolas privadas e a expansão forçada de vagas no setor público, tornavam cada vez mais remotos os ideais da legislação de 1968.

Uma das poucas coisas que se desenvolveram nestes anos foi a pesquisa e a pós-graduação, a partir do que restou dos expurgos de 1969/70 e graças aos investimentos oriundos de setores mais esclarecidos da área de planejamento econômico (BNDE, FINEP) e da CAPES. A nova estrutura universitária favorecia a entrada da pesquisa, e o financiamento externo garantia sua manutenção e isolamento em relação ao resto do sistema universitário, que muitos consideravam sem salvação.

A Nova República encontra o ensino superior brasileiro dominado em sua maioria pelo setor privado e por escolas isoladas, com os estudantes desmotivados pela falta de perspectiva de trabalho e pela má qualidade dos cursos. Com a pesquisa sofrendo pela falta de recursos e de estímulo, com os estudantes desmobilizados, mas com os professores das universidades públicas mais organizados e politizados do que nunca. A despolitização dos estudantes, a politização dos professores e as clivagens entre setor público e privado, de um lado, e professores e pesquisadores, por outro, são, talvez, as características mais significativas do atual momento.

A despolitização dos estudantes torna-se inteligível quando observamos que 30% a 40% dos candidatos aos

vestibulares vêm de outras carreiras, e que só uma pequena parte dos que entram nas universidades de fato terminam seus cursos e se dedicam às profissões que escolheram. O estudante universitário brasileiro, em 1985, não tem mais a certeza das décadas anteriores de que estava destinado a liderar o país e que por isto deveria desempenhar, desde já, o seu papel. Suas reivindicações agora são muito mais diretas e a curto prazo — restaurantes subsidiados, ensino gratuito, bolsas de estudo, e oposição a tudo o que signifique maiores exigências acadêmicas e curriculares, principalmente se não têm relação imediata com perspectivas de trabalho. Apesar da abundância de siglas, o movimento estudantil deixou de ser essencialmente político, dando lugar às reivindicações de interesses de grupo.

A politização dos professores também tem um forte ingrediente corporativo. No passado, os grupos mais politizados nas universidades tendiam a ser os pesquisadores, que reivindicavam maiores recursos, maior autonomia e, principalmente, um papel mais central para a universidade na decisão dos destinos do país. Eles eram, também, os únicos que trabalhavam nas universidades em tempo integral, ou que gostariam de fazê-lo. Os demais professores dedicavam pouco tempo e motivação à vida universitária, e tendiam a ser pessoas bem sucedidas em suas profissões. Hoje, os pesquisadores são mais profissionalizados, e canalizam suas reivindicações, críticas e ação política para as respectivas associações científicas ou agências governamentais especializadas. Enquanto isto, a universidade pública absorveu uma grande massa de professores em tempo integral que não têm uma real perspectiva de carreira de pesquisa, e se organiza para a defesa coletiva de seus interesses setoriais. No ensino privado, enquanto isto, ainda predomina o professor de tempo parcial.

Ao se organizarem corporativamente, os professores do setor público se distanciam dos pesquisadores, por um lado, e dos colegas do setor privado por outro. As principais reivindicações corporativas são, naturalmente, salários e participação nos processos decisórios, de forma a assegurar o poder da maioria. As reivindicações corporativas interessam relativamente pouco aos pesquisadores, que, em geral, conseguem complementar seus salários de forma independente,

e buscam valorizar cada vez mais os critérios de desempenho na distribuição de recursos e autoridade no contexto universitário. Os conflitos de interesse nas universidades públicas tendem a se polarizar assim ao redor de três eixos: os pesquisadores, a massa de professores organizados corporativamente e o que resta das antigas lideranças vinculadas às profissões tradicionais. Alunos, funcionários e o Ministério da Educação também têm seus interesses próprios, o que cria um jogo de alianças complexo e nem sempre inteligível. Finalmente, existe pouca simpatia ou interesse nas universidades públicas pelo setor privado, cujos professores não têm o mínimo de estabilidade que lhes permita organização, aonde existe pouca pesquisa e cujos alunos atingem, em geral, o máximo de despolitização. Na área privada, com poucas exceções, não existem organizações de alunos, professores ou pesquisadores, mas apenas o *lobby* crescente das instituições mantenedoras.

Se esta análise é correta, caberia indagar até que ponto a comunidade universitária daria apoio, através de seus diversos setores, a um projeto de mudanças como o sugerido pela Comissão de Reformulação do Ensino Superior que trabalhou no segundo semestre de 1985. Algumas das principais sugestões da Comissão são: primeiro, aumentar ao máximo a autonomia universitária, incluindo a gestão de sua política de pessoal; segundo, transformar o Conselho Federal de Educação em órgão de acompanhamento do desempenho efetivo das instituições de ensino, e condicionando a distribuição de verbas a este desempenho; terceiro, manter o apoio à pesquisa condicionado a um sistema altamente competitivo a nível nacional, e não diluído nos orçamentos universitários; quarto, apoiar os aspectos mais saudáveis do sistema privado, com bolsas e subvenções regulares, sem reduzir o compromisso básico do Estado com o ensino público; sexto, incentivar formas não convencionais de ensino, incluindo o ensino à distância, os cursos de tecnologia, a universidade aberta e os cursos noturnos. Mais fundamentalmente, a Comissão propõe reduzir ao máximo o atual sistema corporativo que vincula os cursos universitários ao exercício de profissões regulamentadas, reduzindo desta forma o valor legal dos diplomas, eliminando os vínculos corporativos entre Conselhos Profissionais e o Estado, e ampliando os espaços para a liberdade do exercício profissional.

Basta comparar estas propostas com os interesses hoje organizados junto ao ensino superior do país para vermos que resistências e oposições poderão surgir de muitos lados, principalmente pela ênfase na combinação entre autonomia, avaliação externa e distribuição de recursos por critérios de desempenho. Para muitos, a combinação ideal ainda seria o máximo de autonomia sem a criação de sistemas de avaliação que pudessem afetar as situações já estabelecidas, independentemente de sua qualidade. Existem, no entanto, setores importantes em todos os segmentos do ensino superior que já percebem que esta postura defensiva é suicida a longo prazo. A questão é saber se estes setores prevalecerão. Para que isto ocorra, é necessário que o debate deixe o nível das grandes generalidades, onde tudo se polariza ao redor de um ou dois temas muitas vezes secundários, e passe ao exame de proposições concretas, com ampla participação. E que ele extravaze o âmbito dos diretamente afetados, para incluir outros segmentos da sociedade que sustenta o ensino público e dele exige resultados.

A reforma de 1968 fracassou, em parte por seus erros de concepção, e porque foi implantada de forma autoritária e sem legitimidade. As propostas de 1985 também podem, evidentemente, estar equivocadas. Mas, o maior equívoco seria supor que a idéia alternativa ao autoritarismo dos anos 70 seria a falsa democracia do consenso dos interesses criados ao redor de nosso ensino superior em crise. Existe, certamente, um conceito superior de democracia, que se expressa na predominância do interesse coletivo sobre as demandas de curto prazo de interesses organizados. É este o ingrediente que ainda está por se manifestar no debate que se aproxima, e que vai definir, em última análise, o destino de nossas muitas universidades.